



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 201, DE 30 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a instituição da equipe de planejamento da contratação de solução parametrizada para gestão de pessoas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno, e com base na Instrução Normativa n. 04/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no Acórdão TCU n.1145/2011-Plenário e das informações constantes nos Processos STJ n. 9677/2010 e STJ n. 5945/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir equipe de planejamento da contratação de solução parametrizada para gestão de pessoas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a ser integrada pelos seguintes servidores:

Integrantes Administrativos

- I – Isabel Cristina de Sousa Ferreira, S032322;
- II – Haroldo Rodrigues Couto, S030524;
- III – Marcus Aurélio Carvalho Georg, S029720;

Integrantes Requisitantes

- IV – Leonardo Peixoto de Melo, S041879, que a coordenará;
- V – Wilmar Barros de Castro, S045963;

Integrantes Técnicos

- VI – Tiago Saddi Domingues, S029526;
- VII – Rodrigo Almeida de Carvalho, S039122.

Parágrafo único. O exercício das atividades dessa equipe é de natureza estratégica e relevante ao Tribunal e será realizado sem prejuízo das atribuições funcionais.

Art. 2º A equipe adotará os procedimentos dispostos na Instrução Normativa n. 04/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, bem como de outros modelos e normativos aplicáveis às suas atribuições.

§ 1º Os produtos necessários à realização do procedimento licitatório deverão ser apresentados ao Diretor-Geral em até sessenta dias, contados da publicação desta norma, com vistas ao encaminhamento para análise jurídica.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior, poderá ser acrescido para cumprimento integral das atribuições, mediante justificativa do Coordenador da equipe e autorização do Presidente do Tribunal.

Art. 3º As reuniões ordinárias da equipe serão realizadas sempre que convocadas pelo Coordenador.

§ 1º O quórum mínimo para deliberação é de dois terços do total de membros.

§ 2º Os trabalhos serão secretariados por servidor da unidade de gestão de pessoas designado pelo Coordenador.

§ 3º As reuniões serão registradas em formato de "memória de reunião" para acompanhamento dos trabalhos, após ciência e aprovação dos participantes.

§ 4º As reuniões podem contar com a participação de outros profissionais ligados às diversas áreas do conhecimento, a critério do Coordenador, caso assim julgar oportuno.

§ 5º A equipe será assessorada e receberá apoio técnico da estrutura administrativa das unidades de lotação dos integrantes.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor nesta data e será publicada no Boletim de Serviço.

Ministro ARI PARGENDLER